

Encenação maligna

Debate sobre nova tese dos Painéis desvirtuou uma boa iniciativa do ministro da Cultura *TEXTO DE JORGE FILIPE DE ALMEIDA*

O Museu Nacional de Arte Antiga (MNA) foi palco no dia 29 de Maio de 2003 de um encontro-debate sobre os Painéis de S. Vicente de Fora. Numa encenação maligna que deveria ter merecido severa sanção superior, por ser imprópria de uma sociedade intelectualmente aberta, o Instituto Português dos Museus (IPM) e o próprio museu anfitrião arquitetaram uma sessão em que se tentou persistentemente pôr a tese no centro da polémica em manifesta situação de inferioridade (José Luís Porfírio, director do museu, conceder-lhe-ia dez minutos de exposição), desvirtuando assim uma boa iniciativa do dr. Pedro Roseta, ministro da Cultura. O estrategema consistia em sujeitar a tese a tratos de polé universitário ao longo da manhã. Na sessão da tarde, a liberalidade concedida à exposição das mais variadas contribuições sobre os Painéis tentaria confundir a assistência, desfocando-lhe a atenção.

Como previsto, às comunicações prévias de Dagoberto Markl, conservador do museu, e de Lília Esteves, técnica do Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), seguiram-se as diabruras académicas de Pedro Dias, decano dos historiadores de arte presentes. Vítor Serrão, circunscreveu-se à rigidez da sua posição, fechando obstinadamente os olhos à evidência dos novos dados. Os acentos um tanto carregados das citações francesas e latinas do padre Fausto Martins, versando aúrolas de santos e a missa sicca, evocaram no meu espírito as inquirições feitas pelo juiz Cauchon a Joana d'Arc. Em seguida, Alves Dias centrou a sua atenção na leitura alternativa de Rosa Marreiros, evitando assim pronunciar-se sobre aquela outra que, certamente, sabe ser a única plausível. Bigotte Chorão, talvez sob a pressão do momento, e na ausência de Dias Farinha, a outra técnica paleógrafa que consigo assinara em 12 de Dezembro último o parecer da Torre do Tombo, confessou algumas reticências sobre a leitura da inscrição. Reconhece-se, uma vez mais, a importância do documento escrito, imune à facilidade caprichosa com que o soprar de ventos contrários distorce o discurso humano. Com efeito, consta como parágrafo final do referido parecer: «Assim, atendendo apenas ao aspecto paleográfico, estaríamos perante uma sigla NG, na bota da figura coroada que tem um joelho em terra. No botim do adolescente os sinais que oferecem leitura mais consistente são N G CCCC R v (1445), se a leitura for feita na vertical».

Na mesma linha de ideias, talvez seja pertinente referir que nem Pedro Dias, nem Vítor Serrão, nem tão-pouco Alves Dias responderam à carta que Maria



Manuela Barroso e eu próprio lhes enviámos em Julho de 2001, pedindo parecer académico escrito sobre as inscrições no Painel do Infante. Que se julgue então da justiça da queixa de Pedro Dias (Expresso, 7/6/2003): «Fomos empurrados pela Comunicação Social para discutir uma questão que não é mediática mas científica. Deveria ter tido a humildade, como outros defensores de teses, de deixar correr a discussão em calma e sossego, o que me parece não ter acontecido até agora». Tendo em vista que o livro *Os Painéis de Nuno Gonçalves* foi editado pela Verbo em Junho de 2000, temos de convir que falta de paciência não houve...

UMA CONSTANTE nos julgamentos desleais é a implacável celeridade com que cai a lâmina do veredicto pré-determinado. Assim, no final da tarde já o «Público» dispunha da conclusão de Bairrão Oleiro: «não há motivo nem justificação [para o IPM realizar o encontro com especialistas internacionais] não compete ao Ministério da Cultura ter um outro papel». Com estas palavras, o director do IPM condicionava a passagem a instância superior, tentando tolher

a futura acção do ministro da Cultura neste assunto. Para o IPM o susto tinha aparentemente passado....

E eis quando o objectivo inconhecido daquele dia de encenação se torna dolorosamente óbvio. Com uma sanha incompreensível, o IPM tentara matar no ovo a possibilidade de ver os Painéis de S. Vicente de Fora, glória da sua colecção e obra com significado transcendente para os portugueses, debatidos a nível internacional e reconhecidos como obra autógrafa de Nuno Gonçalves.

Lamentável, também, é a sanha contra a nova data. Aos portugueses, feridos secularmente de tantos sentimentos de inferioridade cultural, é negada a leitura dos sinais paleográficos de 1445, sinais que reforçam a justiça do elogio feito por Francisco de Holanda a Gonçalves, quando nele reconheceu uma «águia da pintura». E Holanda fazia o seu juízo com conhecimento de causa: não só tivera a possibilidade de ver obras do pintor do Rei D. Afonso V hoje desaparecidas, como estaria disposto a aplicar uma bitola elevada, por ter testemunhado a transcendência artística em Roma, como discípulo de Miguel Ângelo.

Cumulativamente, a data de 1445 permite reconhecer na pintura os rostos dos filhos de D. João I. E eis que, por bizarra ironia, uma inscrição colocada aos pés da «Ínclita Geração» põe a nu vícios mentais, supostamente ultrapassados pelos portugueses nas últimas décadas. Afinal, estará a decadência mental peninsular definitivamente exorcizada? Que juízo mereceria toda esta saga ao historiador Oliveira Martins?

NO ENTANTO, E RETOMANDO um tom optimista, o caminho já percorrido é irreversível. A data de 1445, com tudo o que ela implica, consta do parecer da Torre do Tombo. Se persistem algumas dúvidas consulte-se então um círculo mais alargado de especialistas, portugueses e europeus. Por escrito, e agora por ordem do Estado Português, pois Agustina Besa-Luís, António e João Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, Guilherme d'Oliveira Martins, Marcelo Rebelo de Sousa, Loureiro dos Santos, Vítor Melícias, Daniel Sampaio, e tantos outros signatários do anterior pedido à Torre do Tombo, já deram o seu precioso contributo. E que, desta vez, se proceda a um exame material pelo IPCR da zona do Painel do Infante onde se encontram as inscrições. Que não se repita assim o carácter risível e embaraçoso de as técnicas da Torre do Tombo se terem pronunciado sobre as inscrições perante as fotografias por mim próprio cedidas para o efeito.

Béatrice Fraenkel, especialista francesa sobre a assinatura, vai ao cerne da questão: «A intenção de assinar pertence ao registo jurídico. O sinal captura, sob uma aparência modesta, princípios fundadores tanto da sociedade como do indivíduo». Escreveu recentemente a mesma professora sobre as famosas inscrições no Painel do Infante: «Penso que as hipóteses de Jorge Filipe de Almeida são extremamente sólidas. Estou pessoalmente convencida de que foi encontrada uma assinatura escondida nos Painéis». Então, por que se espera? Os portugueses estarão certamente abertos à eventual reconfirmação de uma segunda peritagem, oficial e mais alargada. Tal reconfirmação não surpreenderia, pois iria afinal ao encontro da seguinte constatação de José Manuel Barata-Feyo: «A leitura das iniciais, qual ovo de Colombo, poder ser hoje feita por simples camponeses letrados da minha aldeia beirã» («Grande Reportagem», Junho de 2003).